

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

“Eu sou o meu próprio futuro”
Representações e Vivências de
Mulheres *Childfree*

Ana Filipa Conde Faria Salgado

M

2022



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

“EU SOU O MEU PRÓPRIO FUTURO”
REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS DE MULHERES *CHILDFREE*

Ana Filipa Conde Faria Salgado

Outubro 2022

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,
orientada pela Doutora *Sara Isabel Magalhães* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autorno momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

*a procriação era uma opção escolha
porventura acaso talvez
uma hipótese entre outras hipóteses
por exemplo
estar sozinha e querer estar sozinha
casar e não querer ter filhos
não casar e não querer ter filhos
querer ter filhos mas não ter filhos
divorciar-me e não ter filhos
cuidar dos filhos dos outros
fazer livros e não bebés*

(Versos da obra “Fósforo”, Ana Pessoa, 2021)

Resumo

A presente investigação procurou conhecer a experiência das mulheres *childfree* explorando as suas representações e vivências numa sociedade ainda marcada por papéis sociais de género binários e tradicionais ancorados na maternidade como marcador da adultez e feminilidade.

Neste sentido, foi conduzido um estudo qualitativo para o qual foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com 8 mulheres com idades compreendidas entre os 23 e os 45 anos, naturais e residentes em Portugal. Para a análise das entrevistas recorreu-se à análise temática, a partir da qual se construíram cinco temas principais: Fatores e motivos subjacentes a não querer ter filhos ou filhas; A opção de ser *childfree* numa sociedade pronatalista; Círculo social da mulher *childfree*, Identidade e afirmação social da mulher *childfree*; e Liberdade da mulher *childfree* na escolha reprodutiva.

Os resultados da análise permitiram constatar que, apesar das pressões para a maternidade com que lidam diariamente e do estigma social de que são alvo (inclusive por parte de profissionais de saúde), as mulheres *childfree* constroem com sucesso a sua identidade de forma alternativa concebendo diferentes caminhos para a sua autorrealização. Adicionalmente, a existência de comunidades *childfree online* mostrou ser capaz de colmatar a falta de acesso, ao longo do seu ciclo vital, a modelos femininos que não tiveram nem quiseram ter filhos ou filhas.

Finalmente, são apresentadas as limitações desta investigação bem como sugestões para futuros estudos sobre o fenómeno *childfree* na realidade portuguesa.

Palavras-Chave: mulher; *childfree*; opção; identidade; liberdade

Abstract

This research sought to understand the experience of childfree women by exploring their representations and experiences in a society still marked by binary and traditional gender roles anchored in motherhood as a marker of adulthood and femininity.

For this purpose, a qualitative study was conducted in which semi-structured individual interviews were carried out with 8 women, aged between 23 and 45, born and resident in Portugal. The interviews were analyzed using thematic analysis, based on which five main themes were constructed: Factors and reasons underlying not wanting to have children; The option of being childfree in a pronatalist society; The social circle of the childfree woman; Identity and social affirmation of childfree woman; and Freedom of childfree woman in reproductive choice.

The results of the analysis showed that, despite the pressures for motherhood that they face daily and the social stigma they are subjected to (including by health professionals), childfree women successfully construct their identity in an alternative way by designing different paths for their self-realization. In addition, the existence of online childfree communities has shown to be able to bridge the lack of access, throughout their life cycle, to female role models who have not had nor wanted children.

Finally, limitations of this research are presented, as well as suggestions for future studies on the childfree phenomenon in the Portuguese reality.

Keywords: woman; childfree; option; identity; freedom

Résumé

Cette recherche a cherché à comprendre l'expérience des femmes sans enfant en explorant leurs représentations et leurs expériences dans une société encore marquée par des rôles sociaux de genre binaires et traditionnels ancrés dans la maternité comme marqueur de l'âge adulte et de la féminité.

Dans ce sens, une étude qualitative a été menée pour laquelle des entretiens individuels semi-structurés ont été réalisés avec 8 femmes âgées de 23 à 45 ans, nées et résidant au Portugal. Pour l'analyse des entretiens, une analyse thématique a été utilisée, sur la base de laquelle cinq thèmes principaux ont été construits : les facteurs et les raisons de ne pas vouloir d'enfants ; l'option d'être sans enfant dans une société pronataliste ; le cercle social de la femme sans enfant ; l'identité et l'affirmation sociale des femmes sans enfant; et la Liberté des femmes sans enfant dans le choix reproductif.

Les résultats de l'analyse ont montré que, malgré les pressions liées à la maternité qu'elles subsistent au quotidien, et la stigmatisation sociale à laquelle elles sont confrontées (y compris de la part des professionnels de la santé), les femmes sans enfant parviennent à construire leur identité de manière alternative en concevant différents chemins pour leur épanouissement personnel. En outre, l'existence de communautés en ligne sans enfants s'est révélée capable de combler le manque d'accès, tout au long de leur cycle de vie, à des modèles féminins qui n'ont ni eu ni voulu avoir de fils ou de filles.

Enfin, les limites de cette recherche sont présentées, ainsi que des suggestions pour de futures études sur le phénomène des enfants libres dans la réalité portugaise.

Mots clés : femme; *childfree*; option; identité; liberté

Índice

Resumo	1
Abstract	2
Résumé	3
Índice	4
Introdução	6
Enquadramento Teórico	8
1.1. O conceito <i>Childfree</i>	8
1.2. Contexto Pronatalista.....	8
1.3. Ser mulher numa sociedade pronatalista	9
1.4. A opção de não ter filhos ou filhas	10
1.5. Vivências das Mulheres <i>Childfree</i>	13
1.6. Identidade das Mulheres <i>Childfree</i>	14
Método	16
2.1. Participantes	16
2.2. Objetivos.....	18
2.3. Procedimento de Recolha de Dados.....	18
2.4. Procedimento de Análise de Dados	19
Análise e Discussão de Resultados	23
3.1. Fatores e motivos subjacentes a não querer ter filhos ou filhas	24
Perceções relativas à parentalidade	24
Motivações para se manter <i>childfree</i>	26
3.2. A opção de ser <i>childfree</i> numa sociedade pronatalista	29
3.3. Círculo social da mulher <i>childfree</i>	32
Rede familiar	32
Rede de amizades	32
Redes de suporte	33
3.4. Identidade e afirmação social da mulher <i>childfree</i>	34
Caminhos para a autorrealização	34
Estratégias de posicionamento social	36
3.5. Liberdade das mulheres <i>childfree</i> na escolha reprodutiva.....	37
Considerações finais	41

Conclusão	43
Referências Bibliográficas	45
Anexo I. Guião de Entrevista	50
Anexo II. Parecer da Comissão de Ética	52
Anexo III. Cartaz de Divulgação do Estudo	53
Anexo IV. Formulário para Marcação da Entrevista.....	54
Anexo V. Declaração de Consentimento Informado.....	56

Introdução

A coorte de pessoas sem filhos ou filhas tem vindo a aumentar por toda a parte da Europa (Miettinen et al., 2015). De facto, no final do século XX e no princípio do século XXI, assistiu-se à emergência de transformações nas experiências reprodutivas das mulheres, sendo, talvez, a mais notável destas mudanças o aumento do número de mulheres que não se tornam mães (Gillespie, 2003).

No que diz respeito à realidade portuguesa, desde o início da década de 80, começou-se a assistir a uma tendência persistente de declínio da fecundidade (INE, 2019). Dentro desta questão, considerando-se, em específico, as intenções de fertilidade, verificou-se que, quando questionadas sobre a intenção de ter filhos ou filhas, 8,4% das mulheres indicou não tencionar ter filhos ou filhas (INE, 2019).

São precisamente as pessoas que não querem ter filhos ou filhas, por opção consciente, livre e voluntária, a população-alvo desta investigação, em particular, as mulheres, sendo estas as mais condicionadas pelas imposições pronatalistas inerentes à cultura patriarcal em que estão inseridas.

Doravante, estas mulheres serão designadas por mulheres *childfree*, sendo esta terminologia já usada de forma recorrente pela literatura existente para fazer referência a pessoas que não desejam ter filhos ou filhas (Agrillo & Nelini, 2008). Este termo surgiu nos contextos euro-americanos nos finais do século XX em alternativa a etiquetas como *childlessness* que postula perda ou falta de algo considerado importante (Wood & Newton, 2006). De facto, o termo *childlessness* ou o seu semelhante *childless* foi descartado desta investigação justamente porque o mesmo é incompatível com a linha de pensamento que esta investigação segue, segundo a qual ser mãe não é indispensável para que as mulheres sejam e/ou se sintam completas.

É igualmente de relevo mencionar que a terminologia em português “não-mães por opção” (ou “não-maternidade por opção”) acabou também por ser rejeitada uma vez que, embora estas designações já incluam a ideia de que existe um poder de escolha, as mesmas continuam a reforçar a associação entre a mulher e o ser mãe como algo que se espera vir a cumprir em algum período da sua vida adulta.

Assim, encontrando apoio na retórica feminista que simplifica a experiência das mulheres colocando ênfase na existência de um papel ativo na escolha de ter ou não filhos ou filhas (Letherby, 2002), aposta-se na utilização do termo *childfree* que é bastante mais positivo e que reflete uma perspetiva de emancipação da mulher (Basten, 2009).

Adicionalmente, o interesse em empregar a terminologia *childfree* prende-se, por um lado, com o facto de que a opção de não ter filhos ou filhas é vista, pelas mulheres que efetuam esta escolha, como um elemento libertador e, por outro lado, com o forte impacto que a noção de liberdade tem na construção de uma identidade *childfree* positiva (Peterson, 2015).

É ainda importante salientar que esta investigação segue uma abordagem feminista pós-estrutural assente numa visão positiva das mulheres que desafiam a agenda pronatalista num contexto social em que a norma vigente nega o estatuto de adulto a mulheres *childfree* (Wood & Newton, 2006).

Finalmente, a pertinência científica e social deste estudo relaciona-se com o facto de existirem, em Portugal, poucas investigações sobre esta temática que se torna cada vez mais importante devido ao número crescente de mulheres que rejeita e resiste aos imperativos da feminilidade concebidos pela cultura pronatalista, que confundem mulher com mãe e que, desta forma, dão espaço ao surgimento de uma identidade feminina positiva separada da maternidade (Gillespie, 2003).

Enquadramento Teórico

1.1. O conceito *Childfree*

A designação *childfree* surgiu nos contextos euro-americanos nos finais do século XX em alternativa a etiquetas como *childlessness* que postula perda ou falta de algo considerado importante (Wood & Newton, 2006).

O conceito *childfree* refere-se a pessoas que não têm e intendem continuar a não ter filhos ou filhas por opção (Blackstone & Stewart, 2016).

Posto isto, encontrando apoio na retórica feminista que simplifica a experiência das mulheres colocando ênfase na existência de um papel ativo na escolha de ter ou não filhos ou filhas (Letherby, 2002), aposta-se na utilização do termo *childfree* que é bastante mais positivo e que reflete uma perspetiva de emancipação da mulher (Basten, 2009).

Salienta-se que o interesse em empregar a terminologia *childfree* prende-se, por um lado, com o facto de que a opção de não ter filhos ou filhas é vista, pelas mulheres que efetuam esta escolha, como um elemento libertador e, por outro lado, com o forte impacto que a noção de liberdade tem na construção de uma identidade *childfree* positiva (Peterson, 2015).

É ainda pertinente referir que o termo *childfree* é, geralmente, preferido pelas pessoas que escolhem não ter filhos ou filhas (DeLyser, 2012; Moultrie, 2021).

1.2. Contexto Pronatalista

O pronatalismo é uma crença que promove a parentalidade como norma social e como parte inevitável da vida humana (Bimha & Chadwick, 2016). Esta crença manifesta-se por ideologias que constroem a maternidade como natural e central daquilo que é ser mulher, impondo sob a mesma uma obrigação moral e patriota de procriação (Turnbull et al., 2017). Com efeito, a procriação é vista como um propósito essencial e intrínseco que deve ser concretizado, não apenas para garantir futuras gerações, mas também para preencher um dos objetivos do desenvolvimento adulto - a parentalidade (Bimha & Chadwick, 2016).

Numa sociedade marcada por ideais pronatalistas, a maternidade é vista como parte constituinte da identidade do género feminino e do papel social das mulheres, e é considerada o objetivo supremo da vida destas (Moultrie, 2021; Russo, 1976).

Esta concetualização está presente na vida de todas as mulheres, nomeadamente por ação de pressões externas que a família e os meios de comunicação social exercem sob as mesmas através de mensagens subtis e abertas que perpetuam a expectativa de que as mulheres acabam eventualmente por se tornar mães (Ruegamer & Dziengel, 2021). Para além de impor a parentalidade, os discursos sociais assentes no pronatalismo concebem, ainda, uma progressão natural do ciclo vital no sentido de uma configuração familiar assente na união conjugal da qual deve derivar filhos ou filhas¹ (Bhambhani & Inbanathan, 2020). É dentro desta configuração, que se verifica a existência de assimetrias de género relativamente às expectativas da parentalidade, que acabam por se traduzir, na prática, na reprodução destas assimetrias na vida familiar; se constatou que, se ambos os progenitores trabalharem, qualquer mãe tem de lidar com as dificuldades de conciliação trabalho/família, enquanto para os pais lidar com possíveis adversidades a esta conciliação é já opcional (Frisén et al., 2014). Para além disto, as diferenças de género relativas à gestão das prioridades trabalho/família contribuem para uma reprodução de uma divisão desigual da responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado das crianças (Frisén et al., 2014).

1.3. Ser mulher numa sociedade pronatalista

As ideologias culturais dominantes assumem um poderoso papel nas vidas das mulheres (Parry, 2005). Em particular, a ideologia pronatalista tem um forte impacto na identidade feminina uma vez que se traduz numa série de reivindicações sobre quem, e o quê, que as mulheres são (Gotlib, 2016), tendo como ideia-chave a maternidade enquanto papel social primário da mulher (Parry, 2005).

¹ Para aqueles que não estão numa união heteronormativa, não ter filhos ou filhas é até socialmente “desejável” na maior parte das sociedades, no entanto, para aqueles que estão, a transição para a parentalidade é a norma (Bhambhani & Inbanathan, 2020).

Historicamente, os estereótipos de gênero confinaram as mulheres ao lar; consequentemente, nos dias atuais, a imagem da mulher no imaginário social prende-se com os deveres da casa e o ambiente familiar (Ciaccio et al., 2021).

Ora, embora a mulher possa ser reconhecida pela sua participação em outras dimensões da vida, nomeadamente no campo profissional e/ou académico e na esfera política, as representações culturais da maternidade, ligada diretamente ao feminino, mantêm-se através dos discursos sociais que ditam que todas as mulheres, para além de ter, devem cuidar, amar e educar os filhos ou filhas abdicando de si mesmas para o fazer (Patias & Buaes, 2012)

Esta imposição mantém-se através da socialização de papéis de gênero, a partir da qual as mulheres desenvolvem expectativas acerca do que devem ou não fazer, sendo socializadas, desde tenra idade, para servir o homem e limitar as suas opções de modo a conduzir a sua vida à maternidade aquando da idade adulta (Russo, 1976; Patias & Buaes, 2012). Nesta socialização inclui-se também os modelos e exemplos a que as mulheres têm acesso ao longo do seu ciclo vital – desde cedo, na socialização primária, as crianças, através do fenómeno da aprendizagem por modelagem, são influenciadas pelos seus progenitores a querer, um dia, a ter filhos ou filhas (Ashburn-Nardo, 2017). Já as representações limitadas das pessoas *childfree* nos *media* e na cultura popular, levam a que as pessoas que não querem ter filhos ou filhas experienciem sentimentos de alteridade (Brewster & Snow, 2022), o que, por consequência, faz com que se torne mais difícil a libertação das demandas do contexto social pronatalista.

1.4. A opção de não ter filhos ou filhas

Gallardo e colaboradores (2006) afirmam a emergência de modificações no papel tradicional feminino intrinsecamente relacionado com a parentalidade, o que tem vindo a permitir que as mulheres optem por não ter filhos ou filhas. A maternidade passa a ser vista como uma escolha, ao invés de uma obrigação (Gallardo et al., 2006). Esta opção tem, como qualquer outra, uma ou mais motivações subjacentes que não são mutuamente exclusivas.

Preocupações relacionadas com a possibilidade da maternidade tornar imperativa uma mudança no seu estilo de vida parecem assumir especial destaque entre as motivações para não querer ter filhos ou filhas; isto pode traduzir uma orientação para o individualismo segundo a qual a maternidade é difícil de conciliar com outras aspirações pessoais e com o desejo de manter um certo nível de vida (Tanturri & Mencarini, 2008) nomeadamente, em termos financeiros. Num contexto económico e social cada vez mais incerto, um compromisso de longo-prazo para com a maternidade pode ser considerado indesejável por algumas mulheres (Tanturri & Mencarini, 2008). Inconvenientes mostram-se também os custos de oportunidade criados pela parentalidade sendo que as crianças podem manter os seus progenitores, especialmente as mães, fora do mercado de trabalho (De Santis & Bacci, 2001).

Ainda quanto ao contexto, Mollen (2006) destaca que a decisão de ser *childfree* pode ser tomada devido a preocupações com o meio, designadamente o *stress* da vida humana, condições socioculturais desfavoráveis, em particular ondas de terrorismo e violência, e a superpopulação. Certas perceções relacionadas com o ter filhos ou filhas também podem existir em consideração, particularmente o receio ao processo de gravidez, em específico o medo expetante de um parto doloroso, e a auto percepção como não elegível para a parentalidade com base nos seus traços de personalidade (Bimha & Chadwick, 2016). Adicionalmente, a percepção do cuidado de crianças como trabalho duro e uma responsabilidade (Bimha & Chadwick, 2016) conduz a que algumas mulheres apontem o evitar do *stress* e dos encargos de cuidados derivados de ter filhos ou filhas como outro motivo para ser *childfree* (Bhambhani & Inbanathan, 2020).

Algumas mulheres afirmam que nunca gostaram de crianças sendo que esta ideia, em algum ponto no futuro, acaba por se converter na decisão de não ter filhos ou filhas (Mandujano-Salazar, 2019).

Por último, talvez o fator que mais conspira contra a fertilidade é a relativamente nova ideia de liberdade que parece estar a emergir. Ideia esta que implica que tudo deve ser facilmente reversível com tão poucos constrangimentos quanto possível. Fica claro que as crianças interferem na concretização desta ideia (De Santis & Bacci, 2001). As mulheres que não querem ter filhos ou filhas parecem encontrar um sentido de riqueza e alívio nessa mesma opção e reportam aproveitar a liberdade que dela advém (Mollen, 2006). Esta

liberdade tem vários significados e aplica-se a várias dimensões da vida, tendo-se como exemplo a liberdade para viajar ou para se deslocar para qualquer parte do mundo, já que as mulheres *childfree* consideram que ao não ter filhos ou filhas podem conhecer a qualquer altura, lugares novos e morar e trabalhar onde quiserem (Mollen, 2006). Do mesmo modo, a liberdade para dedicar uma quantidade significativa de tempo ao seu próprio desenvolvimento, nomeadamente a atividades de lazer e outros interesses pessoais variados (Mollen, 2006), e o sentir-se livre nos aspetos mais fundamentais da vida, como o controlo dos hábitos de alimentação, de sono e de autocuidado (Peterson, 2015) parecem ser também aspetos de relevo.

Por fim, a vontade própria e o facto de a maternidade não fazer parte do seu projeto de vida é também um importante motivo para permanecer *childfree* (INE, 2019).

Já quando se aborda o processo que leva à decisão de ser *childfree* verifica-se que este não é definido por um percurso único, mas sim por trajetórias diversificadas. Nomeadamente, constatou-se que enquanto algumas mulheres permanecem *childfree* devido a sentimentos ambivalentes relativos à maternidade, outras fazem uma escolha clara e precoce em permanecer *childfree* (Campbell, 1999 citado por Gillespie, 2003). De notar que quando se fala em escolha precoce de ser *childfree* está-se a falar, geralmente, de um processo de tomada de decisão no qual a opção de não ter filhos ou filhas foi tomada antes de encontrar um parceiro ou parceira de relacionamento íntimo. Isto diz respeito a um processo individual que levou a pessoa a chegar a uma forte convicção acerca de não ter filhos ou filhas, podendo mesmo esta opção configurar-se como uma pré-condição para assumir um relacionamento íntimo estável, antecipando-se encontrar uma pessoa igualmente determinada a não ter filhos ou filhas (Bhambhani & Inbanathan, 2020).

Nas suas pesquisas, Tanturri & Mencarini (2008) verificaram que a maioria das mulheres *childfree* estão envolvidas em relacionamentos íntimos estáveis. Muitas vezes, uma relação íntima com um parceiro ou parceira é parte integrante daquilo que as pessoas que optam por não ter filhos ou filhas procuram preservar ao se manter *childfree* (Gillespie, 2003) acreditando que a dinâmica da relação seria alterada caso filhos ou filhas surgissem na cena (Mollen, 2006). A prioridade atribuída por estes casais a projetos individuais e do par relativos não só à formação académica ou às conquistas laborais, como também, a título

de exemplo, aos planos turísticos, têm vindo a questionar a necessidade de ter filhos ou filhas (Vallejo et al., 2020).

Por último, as assimetrias de género aliadas a perceções negativas acerca da maternidade podem estar relacionadas com o facto de algumas mulheres não quererem ter filhos ou filhas - para estas mulheres, ser mãe representa um dever e um fardo que envolve exigências, trabalho árduo e sacrifícios ao próprio bem-estar que elas não se sentem dispostas a assumir (Gillespie, 2003).

1.5. Vivências das Mulheres *Childfree*

Ao não cumprirem as expectativas pronatalistas de se tornarem mães, as mulheres *childfree* ficam sujeitas a sofrer reações sociais reprovadoras (Mandujano-Salazar, 2019). Estas mulheres são frequentemente vistas por terceiros como neuróticas, não naturais, imaturas (Letherby, 2002), desviantes, anormais, detentoras de falhas psicológicas, egoístas e não femininas (Gillespie, 2000).

Face a isto, as mulheres *childfree* arranjam diversas estratégias para negociar as expectativas pronatalistas, entre as quais se destacam a adoção ativa de um posicionamento pro-*childfree* e, no polo oposto, uma postura mais passiva (Bimha & Chadwick, 2016). As mulheres que optam pela adoção ativa de um posicionamento pró-*childfree* reagem às expectativas pronatalistas e às reações negativas de terceiros relativamente ao seu *status childfree* contra-argumentado; ao reivindicar a normalidade da sua opção de não ter filhos ou filhas, estas mulheres tomam um posicionamento ativo contra a norma da procriação representando os estilos de vida, as identidades e as escolhas *childfree* como legítimas (Bimha & Chadwick, 2016). Por outro lado, outras mulheres que tomaram a mesma opção de não ter filhos ou filhas, adotam uma estratégia passiva, escolhendo não se explicar para os outros acerca da sua opção (Bimha & Chadwick, 2016). Isto leva a que, por vezes, as pessoas que rodeiam estas mulheres continuem a acreditar que elas um dia se tornarão mães (Bimha & Chadwick, 2016).

Esta última ideia é particularmente verdade no que diz respeito à rede familiar da mulher *childfree* dado que a aceitação da sua opção de não ter filhos ou filhas é, muitas

vezes, feita tendo em mente a condição de que esta mulher irá mudar de ideias em algum momento no futuro (Mandujano-Salazar, 2019). Enquanto tal não acontece, vão sendo levadas a cabo tentativas de convencer a mulher *childfree* a ter filhos ou filhas, recorrendo, por vezes, ao argumento de que a mesma se vai arrepender da sua escolha (Mandujano-Salazar, 2019).

Para além da família, os amigos ou amigas são também responsáveis por exercer pressão sob as mulheres *childfree* para terem filhos ou filhas. Estas mulheres identificam pressão dos pares para repensar a sua opção sob a alçada de várias alegações derivadas de uma sensação de descrença acerca destas mulheres realmente não quererem ter filhos ou filhas (Ruegamer & Dziengel, 2021).

Por outro lado, o surgimento de um número cada vez maior de grupos sociais direcionados para pessoas *childfree* tem vindo a permitir que estas pessoas encontrem e participem em espaços onde as suas opções são vistas como normativas e onde são fornecidos conselhos (Basten, 2009). Na sua investigação, Basten (2009) verificou a existência de 17 grupos na rede social *Facebook* e de 4 grupos baseados em *websites* e fóruns dedicados ao fornecimento de apoio e à partilha de realidades entre pessoas *childfree* de diversas nacionalidades.

Entre a partilha de impressões relacionadas com as vivências enquanto pessoas *childfree*, destaca-se a troca de opiniões e experiências relativas à escolha reprodutiva. Se por um lado, algumas pessoas apontam como eficazes métodos contraceptivos não permanentes, outras consideram que contraceção temporária não é suficiente (Richie, 2013). No entanto, o acesso a métodos permanentes, independentemente do motivo apresentado, é, geralmente, e repetidamente, negado pelos profissionais de saúde a mulheres *childfree*, que, muitas vezes, humilham estas mulheres ou questionam a legitimidade do seu desejo pela esterilização com a finalidade de as levar a desistir do seu pedido (Richie, 2013).

1.6. Identidade das Mulheres *Childfree*

As mulheres *childfree* refletem um afastamento de entendimentos hegemónicos de que ser mulher está indissociavelmente ligado à maternidade (Gillespie, 2003); estas mulheres

desenham fontes de realização pessoal que não passam por ter filhos ou filhas (Tanturri & Mencarini, 2008).

As mulheres que não têm filhos ou filhas tendem a reforçar a sua adultez e feminilidade com base em atitudes tradicionalmente vistas pelo imaginário coletivo como masculinas, nomeadamente a autoconfiança e a competência profissional (Mandujano-Salazar, 2019). Assim, os avanços, não só na carreira profissional, como nos estudos, podem ser apontados, por estas mulheres, como benefícios que surgem em consequência da escolha *childfree* (Bimha & Chadwick, 2016). É importante, no entanto, reforçar que as vivências enquanto mulher *childfree* são bastante diversificadas e, portanto, se algumas mulheres *childfree* valorizam os avanços na sua carreira profissional como parte da sua identidade, outras vêm a escolha de ser *childfree* como forma de escapar à pressão de perseguir uma carreira (Peterson, 2015). “Ser independente” e “ser autónoma” são também características que constituem uma parte importante da construção da identidade pessoal das mulheres *childfree* (Peterson, 2015).

Por outro lado, estas mulheres podem também se identificar com uma orientação familiar uma vez que, atualmente, a reprodução parece já não se situar como um requisito para formar uma família (Vallejo et al., 2020).

As informações obtidas na etapa de revisão da literatura vieram sustentar a posição adotada desde o início deste projeto de acordo com a qual as mulheres *childfree*, embora ligadas por um elemento comum, isto é o facto de não querer ter filhos ou filhas, têm vivências pessoais muito diversas, desde logo no modo como concetualizam a sua opção e como constroem a sua identidade longe dos ideais que compõem o que é ser mulher na cultura pronatalista em que estão inseridas.

Método

2.1. Participantes

Para este estudo contou-se com o envolvimento de 8 participantes, maiores de 18 anos, do sexo feminino, cisgénero, naturais e residentes em Portugal, que se identificam como heterossexuais e que não têm nem querem ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária. É adequado referir que a decisão de parar a recolha de dados ao fim de 8 entrevistas prendeu-se, sobretudo, com constrangimentos temporais. Estando este projeto inserido no âmbito de uma dissertação de mestrado, foi necessário trabalhar de forma adaptada a uma menor janela temporal de concretização de todas as etapas desta investigação. Aliado a isto, tendo em mente o carácter qualitativo do presente estudo, procurou-se privilegiar a qualidade da análise dos dados recolhidos sob a quantidade de entrevistados por forma a obter uma maior e mais profunda compreensão sobre como as pessoas estudadas percecionam, refletem, interpretam, interagem e assumem papéis sociais, tal como recomendado para este tipo de investigações na publicação de Baker e Edwards (2012).

Embora seja possível calcular a proporção de mulheres que não têm filhos ou filhas, de forma permanente relativamente às coortes de mulheres que já terminaram o seu período fértil; para mulheres que ainda estão nos seus anos férteis, sabe-se apenas a proporção das que se mantêm sem filhos ou filhas até à data e, no máximo, que pretendem manter-se assim no futuro. Deste modo, neste estudo inclui-se mulheres que, tendo completado o seu período fértil, não têm filhos ou filhas, e mulheres, que estando ainda no seu período fértil, à data da recolha de dados, não tinham filhos ou filhas e expressaram a intenção de não ter filhos ou filhas no futuro.

Conseguiu-se, na medida do possível, obter uma amostra heterogénea o que permitiu obter uma maior diversidade de realidades e perspetivas individuais no que diz respeito à temática em questão. Esta heterogeneidade concretizou-se especialmente em termos das idades das participantes tendo-se verificado um intervalo etário cujos limites mínimo e máximo foram os 23 e os 45 anos, respetivamente, e, em termos regionais uma vez que foi

possível inquirir mulheres residentes em várias áreas de Portugal Continental, tanto em meios urbanos como meios rurais (ver Quadro 1).

Como critérios de exclusão aponta-se o não ter atingido a maioridade segundo o estipulado na legislação portuguesa - é considerada a maioridade civil a partir dos 18 anos - não ser natural e residente em Portugal e não se identificar como heterossexual. De esclarecer que estes dois últimos critérios de exclusão não foram colocados de forma arbitrária. Por um lado, requer-se que as participantes sejam naturais e residentes em Portugal de forma a contribuir para um maior conhecimento da vivência das mulheres *childfree* nos contornos específicos (atentando a discursos sociais e constrangimentos culturais) da realidade portuguesa. Por outro lado, é exigido que todas as participantes do estudo se identifiquem como heterossexuais uma vez que o quadro teórico explorado por este estudo não considera nuances relacionadas com a mulher *childfree* que se identifica com uma sexualidade não normativa².

Quadro 1 – Localidade de Residência das Participantes

Código de Participante³	Área de Residência
E1	Leiria
E2	Castelo de Paiva
E3	Horta
E4	Alcobaça
E5	Anadia
E6	Vila Nova de Gaia
E7	Viseu
E8	Maia

Fonte: Dados Recolhidos

² É importante esclarecer que nos referimos neste critério à orientação sexual com a qual a participante se identifica ou assume perante a sociedade e não os envoltimentos íntimos que tem ou teve ao longo da sua vida.

³ Código atribuído às participantes, sendo o número das mesmas associado à ordem cronológica das entrevistas.

2.2. Objetivos

O presente estudo procura contribuir para a investigação científica na área da psicologia e dos estudos de género, nomeadamente como forma de ajudar a projetar a voz das mulheres *childfree* explorando as suas representações e vivências numa sociedade ainda marcada por papéis sociais de género binários e tradicionais ancorados na maternidade como marcador da adultez e feminilidade.

Este trabalho tem como objetivos específicos explorar de forma compreensiva os fatores e motivos subjacentes à opção de mulheres de não ter filhos ou filhas, o estigma social perante essa opção, o círculo social da mulher *childfree* e a forma como as mulheres que não querem ter filhos ou filhas constroem a sua identidade e afirmam a sua adultez perante um contexto onde os ideais pronatalistas e patriarcais estão profundamente enraizados. É ainda de relevo para esta investigação abordar questões relacionadas com o controlo e a liberdade que as mulheres *childfree* têm sob a sua escolha reprodutiva.

2.3. Procedimento de Recolha de Dados

Para a concretização deste estudo recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas a partir de um guião de entrevista elaborado tendo em conta a revisão da literatura acerca do tema (ver Anexo I). Compõem ainda o protocolo de investigação questões iniciais de caracterização da amostra que visam a obtenção de informações relativas à idade, habilitações literárias, profissão, estado civil ou relacional, composição do agregado familiar, naturalidade e residência, religião e orientação sexual.

Após se receber o parecer favorável (2022/01-06b) da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (ver Anexo II), foi possível passar para a fase de divulgação de estudo tendo em vista a recolha de dados.

Como forma de recrutar participantes procedeu-se à divulgação do estudo através das redes sociais, nomeadamente o *Facebook* e o *Instagram*, pela partilha de um cartaz (ver Anexo III), com informação clara sobre o estudo em questão, acompanhado por um *link* de acesso a um formulário (ver Anexo IV) que as interessadas em participar na recolha de dados

teriam de preencher para verificar se cumpriam os critérios de elegibilidade para pertencer à amostra desta investigação e, por conseguinte, se poder proceder à marcação da entrevista.

Após o preenchimento do formulário, as mulheres que cumpriam todos os critérios de elegibilidade foram contactadas via *e-mail* (ou via telefónica quando não havia sido deixado o contacto de correio eletrónico, sendo o mesmo pedido durante a chamada efetuada) para agendar uma data para a realização da entrevista; na mensagem eletrónica seguia anexada a Declaração de Consentimento Informado (ver Anexo V) na qual eram dadas às interessadas informações sobre o objetivo da investigação bem como o carácter anónimo e voluntário da sua participação, reforçando que a participante poderia desistir a qualquer momento sem qualquer forma de represália; no mesmo documento era ainda solicitada autorização para gravação de imagem e áudio da entrevista mediante a garantia de que os dados recolhidos seriam apenas usados para fins académicos.

As entrevistas realizaram-se via *online* através do *Zoom Meetings*, um programa de software de teleconferência de vídeo; a opção por realizar as entrevistas em formato à distância deveu-se ao facto de que o mesmo permite uma recolha de dados a nível nacional.

As entrevistas tiveram a duração média de 23 minutos tendo cada uma delas uma duração compreendida no intervalo de 11 a 50 minutos.

2.4. Procedimento de Análise de Dados

Como método de análise de dados recorreu-se à análise temática de acordo com a abordagem concebida por Braun & Clarke (2006, 2013 citado por Byrne, 2022) uma vez que a mesma se tem revelado um dos métodos mais delineados de condução de uma análise temática (Byrne, 2022).

Estas autoras defendem a adoção de uma postura reflexiva no decorrer da análise temática que se traduz em tornar a pessoa que conduz a investigação elemento ativo na produção de conhecimento; daqui deriva que os resultados obtidos constituem um reflexo da análise interpretativa feita pela investigadora sendo esta análise concebida a partir do cruzamento de três elementos - o conjunto de dados obtidos no momento da recolha dos

mesmos, os pressupostos teóricos subjacentes à metodologia de análise adotada e as capacidades e recursos analíticos da autora da investigação (Braun & Clarke, 2019 citado por Byrne, 2022).

Tendo em conta o carácter flexível da metodologia de análise temática, importa explorar os pressupostos teóricos que estão subjacentes à sua implementação no presente estudo dando a conhecer em que ponto de um contínuo é que a mesma se situa.

Em primeiro lugar, na condução da análise atribuiu-se importância não só à recorrência, mas também ao significado dos dados para o processo de codificação e posterior desenvolvimento de temas, sendo assim a significação dos dados um critério central para a sua inclusão e organização no processo de análise (Byrne, 2022). Assumiu-se, portanto, o construcionismo enquanto corrente epistemológica inerente a este estudo tendo-se procurado identificar temas que, para além de comuns entre os dados recolhidos, fossem relevantes para responder à questão de investigação colocada (Byrne, 2022).

Dado que se pretende com este estudo examinar as vivências e representações das mulheres *childfree* numa sociedade que concebe a maternidade como uma componente indissociável da mulher feminina adulta, a análise de dados seguiu uma orientação experimental tendo-se procurado que os mesmos constituíssem uma reflexão do significado que as entrevistadas atribuíram à experiência da sua própria realidade e do contexto social no qual a sua vivência está inserida (Braun & Clarke, 2012 citado por Byrne, 2022).

Este processo analítico foi conduzido segundo uma abordagem predominantemente indutiva ou “orientada pelos dados” uma vez que os códigos produzidos são reflexos do conteúdo dos dados recolhidos não havendo uma preocupação em encaixá-los numa teoria pré-concebida pela investigadora. Desta forma os dados foram codificados abertamente por modo a melhor representar o significado tal como comunicado pelas participantes (Braun & Clarke, 2013 citado por Byrne, 2022). No entanto, apesar desta predominância da abordagem indutiva, esteve também presente um certo grau de análise dedutiva para garantir que os códigos obtidos contribuíam para produzir temas significativos, com base na revisão da literatura, para responder à questão de investigação (Byrne, 2022).

Por último, também não mutuamente exclusiva nesta análise foi o tipo de codificação dos dados tendo sido obtidos quer códigos semânticos, construídos a partir dos significados explícitos dos dados, quer códigos latentes, que vão para além do nível descritivo dos dados identificando-se significados ocultos, ideias ou ideologias subjacentes que podem moldar o conteúdo semântico dos dados (Byrne, 2022).

A análise dos dados seguiu as linhas orientadoras do processo de 6 fases proposto por Braun & Clarke (2012, 2013, 2014, 2020 citado por Byrne, 2022). É relevante sublinhar que embora estas fases estejam organizadas numa ordem sequencial lógica, a análise não se tratou de um processo linear de avanço através das fases (Byrne, 2022) mas antes de um processo moroso e interativo composto por avanços e recuos entre as fases consoante se revelou necessário (Braun & Clarke, 2020 citado por Byrne, 2022).

A fase de familiarização com os dados constituiu o primeiro envolvimento com os mesmos. Logo após a recolha dos dados, realizou-se a transcrição *verbatim* quer do conteúdo verbal quer do conteúdo não verbal das entrevistas de modo a obter uma transcrição completamente fiel ao discurso oral das participantes. Acrescenta-se que esta tarefa foi realizada manualmente o que permitiu uma maior imersão da investigadora nos dados ainda num ponto bastante inicial da análise.

Numa segunda fase, procedeu-se a gerar códigos iniciais através da produção de etiquetas breves e interpretativas para pedaços de informação que se afiguraram como relevantes para desenvolver temas e para responder à questão de investigação (Byrne, 2022). Para tal, realizaram-se interações de codificação preliminares ao longo de cada um dos transcritos. Qualquer item do conjunto de dados que pareceu conter informação relevante foi codificado, no entanto, através de interações repetidas de codificação e progressiva familiarização com os dados, começou-se a identificar quais códigos é que deviam ser descartados e quais podiam ser conduzidos para a interpretação de temas.

Quando todos os itens foram codificados, deu-se início à tarefa de gerar temas, correspondente à terceira fase da análise (Byrne, 2022). Nesta fase, procurou-se perceber como é que os códigos podiam ser combinados de acordo com os significados que partilhavam entre si de modo a constituir temas (Byrne, 2022).

No final desta etapa, passou-se à condução de uma revisão dos potenciais temas no sentido de se verificar se os que haviam sido obtidos constituíam de facto temas, e não apenas códigos, e se os mesmos forneciam informação útil para responder à questão de investigação colocada sendo esta o organizador central da análise (Byrne, 2022).

Na quinta fase, submeteu-se os temas a uma revisão final; procedeu-se também à identificação de quais itens de dados é que deveriam ser usados como extratos na escrita de resultados sendo que os extratos escolhidos fornecem, na visão da investigadora, um relato vivido e convincente dos argumentos apresentados por um dado tema (Byrne, 2022). Para um mesmo tema foram utilizados múltiplos extratos de itens que o compõem de forma a transmitir a diversidade de significados interpretados (Byrne, 2022).

Por fim, chegou-se à escrita de resultados que corresponde à sexta fase da abordagem da análise temática e que pode ser vista como o produto final do que foi realizado ao longo de todas as fases recursivas deste processo (Byrne, 2022). Para a concretização da escrita dos resultados da análise foi necessário estabelecer a ordem segundo a qual os temas seriam reportados de forma que houvesse uma linha condutora ao longo da narrativa de significados que se fez emergir dos dados (Byrne, 2022). Vale ainda esclarecer que se procurou produzir uma escrita de resultados mais analítica (Braun & Clarke, 2013; citado por Byrne, 2022) pelo que o estabelecer de uma relação entre os resultados e a revisão da literatura foi desde logo realizada agregando os resultados e a discussão na mesma secção.

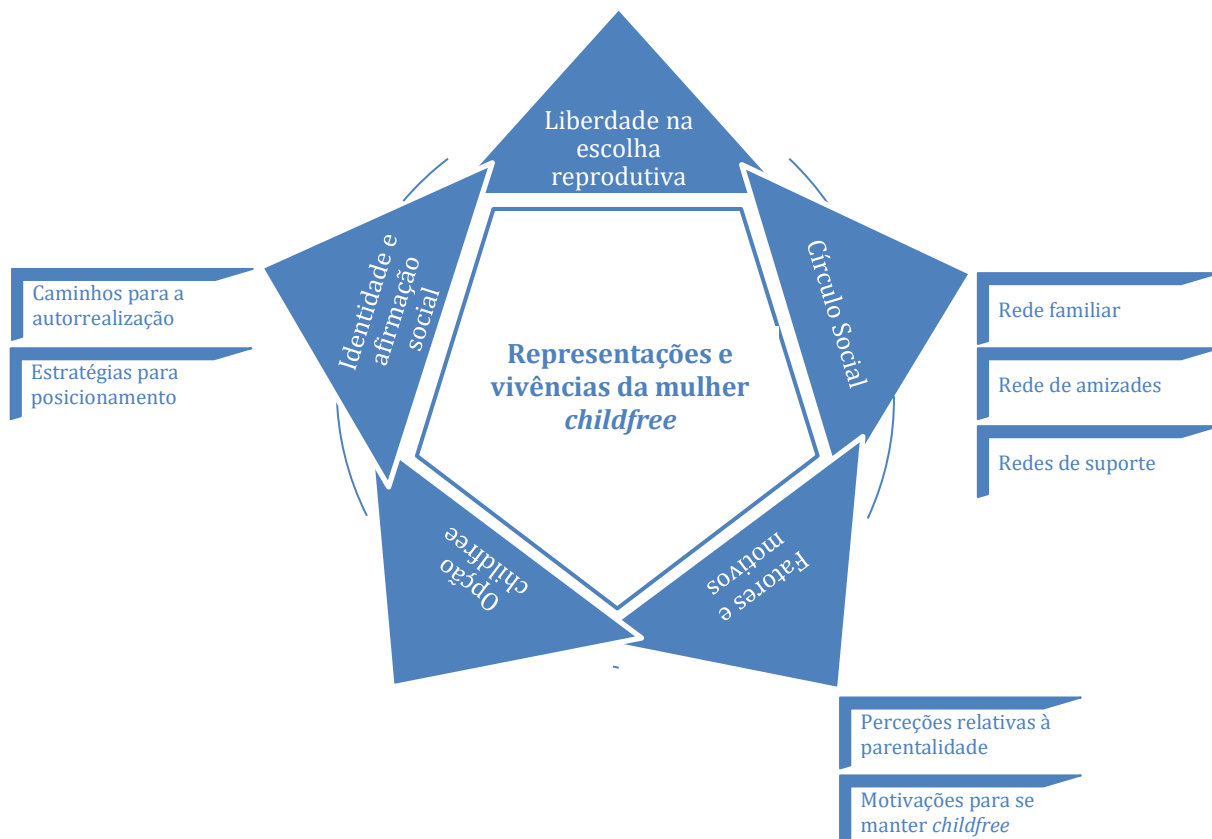
Análise e Discussão de Resultados

Nesta secção são apresentados e discutidos os resultados obtidos através da análise das entrevistas das mulheres *childfree*, com a intenção de construir uma narrativa fluida capaz de dar resposta à questão de investigação colocada.

A partir da análise obteve-se 5 temas principais que interagem com um centro comum, o organizador central, com a designação “Vivências e representações da mulher *childfree*”. Os referidos temas e aprofundados adiante são: Fatores e motivos subjacentes a não querer ter filhos ou filhas; A opção de ser *childfree* numa sociedade pronatalista; Círculo social da mulher *childfree*; Identidade e afirmação social da mulher *childfree*; Liberdade da mulher *childfree* na escolha reprodutiva.

Resolveu-se elaborar um fluxograma simples dividido em 5 blocos, correspondentes aos 5 temas principais - 3 dos quais resultam subtemas - em interação com o organizador central, que por sua vez, corresponde ao que se pretende conhecer na questão de investigação (ver Figura 1).

Figura 1 - Mapa Temático



3.1. Fatores e motivos subjacentes a não querer ter filhos ou filhas

Perceções relativas à parentalidade

Muitas vezes, a escolha de ser *childfree* é feita com base nos custos percebidos e nos constrangimentos que as pessoas vêm associados à maternidade (Bimha & Chadwick, 2016).

Para muitas mulheres, a carreira profissional é uma extensão significativa de si próprias não tanto por questões financeiras, mas sim pela gratificação laboral que pretendem obter (Mollen, 2006) e, portanto, valorizam o facto de não ter filhos ou filhas lhes permitir a habilidade de investir na sua carreira e até na sua formação académica (Settle & Brumley, 2014). Assim, sendo que valorizam a carreira profissional e ou a formação académica como parte do seu caminho para a autorrealização, algumas participantes alegam que subjacente à sua opção de não ter filhos ou filhas está a procura de uma maior liberdade para se dedicarem a estes aspetos da sua vida, percecionando que ser mãe iria interferir negativamente com os mesmos.

“o meu projeto de vida envolve-me a mim, envolve a minha carreira e o meu futuro enquanto profissional de psicologia...vi que a pessoa que me orientou [no estágio curricular] tinha grandes dificuldades em conseguir fazer este equilíbrio entre casa-trabalho” (E3)

“se tivesse tido filhos não poderia ter-me dedicado tanto à parte profissional... não poderia ter estudado até onde estudei” (E2)

Os altos custos derivados da parentalidade podem ser também percecionados ao nível financeiro (Tanturri & Mencarini, 2008). De facto, os números indicam que a carga financeira de ter filhos ou filhas aumentou bastante para uma família média no decurso do século XX, provavelmente, em todos os países desenvolvidos (De Santis & Bacci, 2001). Maior parte das participantes deste estudo aponta que não está disposta a abdicar do seu conforto monetário em prol dos encargos financeiros acrescidos que teriam caso optassem por ter filhos ou filhas.

“hoje em dia, é muito difícil ter algum conforto financeiro, com um filho é mil vezes pior, mil vezes mais difícil, ou seja, a vida seria mil vezes mais difícil e teria de abdicar de qualidade de vida e sinceramente não estou disposta a isso” (E1)

Esta perceção tem uma forte influência do contexto socioeconómico onde as participantes se encontram. De facto, nos países desenvolvidos (entre os quais se insere Portugal), os jovens trabalham cada vez menos e estudam cada vez mais o que leva a que os custos advindos desta realidade acabem por ser suportados pelas suas famílias (De Santis & Bacci, 2001). Adicionalmente, tem-se verificado que, durante os últimos 15 anos, nos países ocidentais, crescente é a proporção de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos que vivem na casa dos pais (Dalla-Zuanna, 2001). Esta questão da adultez tardia foi também apontada pelas participantes.

“os jovens adultos que agora estão na faculdade não conseguem sair de casa dos pais antes dos 30 anos... ora bem... e se calhar nessa altura vai ser até aos 40” (E3)

Para algumas mulheres a maternidade é percecionado como estando em conflito com o desejo de ter uma vida própria (Peterson, 2015). Muitas participantes destacaram a vontade de “aproveitar a vida” como algo incompatível com ter filhos ou filhas.

“vivermos um bocadinho a vida, aproveitarmos e os filhos não nos permitem tanto isso” (E2)

“queres fazer férias... tens de ter sempre esta componente em causa... as crianças são completamente imprevisíveis - tanto se estão a portar lindamente... como noutro dia... decidiram berrar... quer dizer, tu vais de férias para relaxar e depois não vais porque não relaxas porque tens a tua criança” (E3)

Por último no que diz respeito a este subtema, segundo o INE (2019), relativamente a pessoas com filhos ou filhas crianças, foram mais as mulheres a indicar a ter a seu cargo tarefas relacionadas com o cuidado e o acompanhamento dos filhos ou filhas nomeadamente em

tarefas como vestir, deitar, ficar em casa quando estão doentes, levar ao médico, levar à creche ou à escola e ajudar com os trabalhos escolares. Ora, as assimetrias de género no que diz respeito ao cuidado dos filhos ou filhas constituem um ponto que as participantes do estudo fazem questão de mencionar quando referem as perceções que detêm acerca da parentalidade.

“será que o pai estará tão envolvido quanto a mãe para fazer certas coisas? Será que o pai se chega à frente para lhes fazer as mochilas, para lhes dar banho, para lhes ler histórias... e não ficar meramente na sala a ver o seu futebol na calma e tranquilidade?” (E3)

Motivações para se manter childfree

Para além das perceções negativas associadas à parentalidade, a opção de não ter filhos ou filhas pode também ser tomada com base nos benefícios percebidos de ser *childfree* (Bimha & Chadwick, 2016) nomeadamente considerações relativas ao preservar a liberdade nas suas vidas (Peterson, 2015). Ora as participantes deste estudo referiram valorizar a liberdade em diversas dimensões das suas vidas; sublinha-se, portanto, a liberdade para viajar, liberdade financeira, liberdade de deslocação (em contexto de carreira ou de lazer), liberdade para se dedicar a passatempos de interesse pessoal e liberdade nos aspetos mais simplistas da vida e para ser capaz de fazer o que quiser sem limitações e/ou condicionantes derivadas de ter filhos ou filhas. De notar que esta liberdade é também referida por algumas participantes como partilhada com o parceiro de relacionamento íntimo.

“Quero poder viajar” (E3)

“nós (a própria e o parceiro de relacionamento íntimo) não vamos ter filhos, não vamos ter que gastar dinheiro em educação... podemos gastar o dinheiro para nós” (E8)

“se me aparecer uma oportunidade (profissional) boa no estrangeiro quero saber que o posso fazer e que posso deixar aquilo que tenho neste momento e ir sabendo que não tenho nada para trás, não tenho uma criança” (E3)

“uma mulher que tenha um filho de 2/3 anos não pode simplesmente entrar num avião e ir de férias para onde lhe apetece, é completamente impossível” (E7)

“ter a minha liberdade para fazer o que eu bem entender” (E1)

“eu adoro animais por isso é importante ter bastante tempo livre para os meus animais” (E1)

“[ter mais liberdade que uma mulher que pretende ter filhos ou filhas] é um dos motivos para não querer ter filhos” ...Gostaria de continuar a fazer voluntariado com alguma frequência... de manter-me ligada ao escutismo” (E4)

As mulheres *childfree* constroem os deveres maternos e o cuidado de crianças como tarefas aborrecidas e repelentes e como uma responsabilidade que não pretendem ter (Bimha & Chadwick, 2016). Deste modo, enquanto algumas participantes do estudo indicam que não pretendem ter filhos ou filhas por não ter gosto em lidar com crianças, outras indicam valorizar os laços familiares que possuem com crianças e que apenas não querem assumir as responsabilidades sob possíveis filhos ou filhas.

“eu nunca fui muito dada a crianças... eu não sei pegar em bebés porque eu não gosto” (E8)

“e atenção, eu tenho uma sobrinha e gosto imenso dela, mas é tão bom dizer assim «olha agora ficas tu com ela» e mando-a para o pai e eu fico sem essa responsabilidade” (E3)

O estudo de Helm e colaboradores (2021) dá grande destaque a motivações para não ter filhos ou filhas relacionadas com o social, tendo sido encontrados comentários de pessoas *childfree* que expressam a ideia de que o panorama cultural, social e ambiental não é bom para criar filhos ou filhas (Helm et al., 2021). De facto, o sentimento de insegurança no mundo atual está presente no discurso das mulheres do presente estudo, aquando se abordam os motivos para não ter filhos ou filhas.

“O mundo está a ir de mal para pior... a nível ambiental, é uma pegada gigantesca trazer uma criança pro` mundo” (E8)

“eu não tenho coragem de pôr uma criança para viver neste mundo como ele está, como os miúdos estão hoje em dia” (E5)

Custos psicológicos, entre os quais se destacam consequências para a saúde e/ou para o corpo da mulher são também apontados como motivos para se manter *childfree* (De Santis & Bacci, 2001). Efetivamente, as entrevistadas mencionaram, entre as suas motivações para não ter filhos ou filhas, o receio – e até aversão – ao período de gestação, ao momento do parto e/ou ao período pós-parto, quer por antecipar complicações durante todo este processo, quer por repudiar as alterações corporais resultantes do mesmo.

“depois tem essa parte, eu não tenho curiosidade nenhuma em saber como é que é ter um feto dentro do útero... o parto é uma situação que a mim me assombra... a possibilidade de complicações na gravidez, mais a situação toda da amniocentese, que é um exame extremamente invasivo...” (E3)

“repudiava muito a cena de alteração do corpo e tudo o que uma criança envolve em relação ao corpo da mulher” (E8)

Numa pequena nota, no que diz respeito às perceções negativas relativas à gravidez e ao momento do parto enquanto motivo para permanecer *childfree*, verificou-se que estas perceções são um tanto exacerbadas havendo mesmo um grande receio de todo o processo que envolve uma gravidez. Ora, no seu estudo, Thomson e colaboradores (2017) sublinham o impacto que o medo de uma gravidez tem sob a escolha reprodutiva tendo observado que representações visuais do momento do parto, veiculadas pelos meios de comunicação social estão relacionados com níveis mais altos de receio.

A perceção de que não seriam boas mães é também uma razão apontada pelas mulheres que optam por ser *childfree*, estando esta perceção associada, ora a características da sua personalidade, ora ao estilo de vida que mantêm e que identificam como incompatível com o cuidar de uma criança (Rowland, 1982; Ruegemer & Dziengel, 2021; Tanturri & Mencarini, 2008). As entrevistadas deste estudo mencionam esta razão recorrendo a um destes argumentos: por um lado, percecionam características suas como a incapacidade de pensar a longo prazo e a ansiedade enquanto traço como incompatíveis com a parentalidade; por outro lado, sublinham o seu estilo de vida, em particular uma rotina noturna, como não ajustável para o cuidado de crianças.

“Eu não sou pessoa de pensar a longo termo, ou seja, eu não consigo olhar para daqui a 10 anos e pensar «é aquilo que eu quero» ... para mim o que funciona é «daqui a 10 minutos eu quero isto» ... e isso é também uma das razões pela qual eu não pretendo ter filhos” (E8)

“sou uma pessoa ansiosa e acho que [ter filhos ou filhas] iria ter um impacto demasiado grande na minha vida” (E5)

“eu sou mesmo naturalmente noturna e sei que para mim com crianças... ia ser engraçado [ironia]” (E7)

Por último, as participantes deste estudo referem o simples facto de não sentirem desejo pela maternidade como motivo suficiente para não ter filhos ou filhas sem ter de apresentar uma longa lista de razões para justificar a sua opção.

“eu não quero ser mãe porque não sinto aquele chamamento, aquela vontade... vejo uma mulher grávida e não me desperta um relógio biológico nem me faz querer ter filhos porque não sinto que seja isso o meu futuro... tenho a certeza de que não tenho esse desejo” (E3)

“não quero [ter filhos ou filhas] e ponto final” (E8)

3.2. A opção de ser *childfree* numa sociedade pronatalista

Em sociedades com uma cultura altamente pronatalista, a opção de não ter filhos ou filhas é desprezada enquanto escolha viável de vida (Bimha & Chadwick, 2016) e as pessoas que não cumprem com as expectativas sociais de se tornar pai ou mãe estão sujeitas a sofrer reações sociais, apesar das suas conquistas económicas ou pessoais (Mandujano-Salazar, 2019). Estas reações sociais, segundo as participantes deste estudo, variam desde reações meramente de espanto a algumas mais agressivas de julgamento e atribuição de rótulos negativos apenas pela sua opção de não querer ter filhos ou filhas.

“A reação é sempre de espanto... a sensação com que eu fico é que as pessoas ficam do tipo «existe essa hipótese [a de não ter filhos ou filhas]?» ... ficam tão espantadas como se fosse uma coisa assim tão fora do normal” (E5)

“a maioria das pessoas não acha normal a minha mentalidade” (E1)

“carrega-se quase uma crítica constante, uma reprovação de quem não quer ter filhos... é o egoísmo, é, pronto, uma série de adjetivos menos positivos” (E2)

De sublinhar que, embora a parentalidade seja o caminho expetável quer para a mulher como para o homem adulto (Mandujano-Salazar, 2019), sendo a mulher a principal responsável por educar e nutrir afeto pelas suas crianças, aceder a um discurso de não ter interesse em ter filhos ou filhas é considerado menos desafiador das normas sociais para um homem do que para uma mulher (Terry & Braun, 2012). Estas assimetrias de género que predis põem mais a mulher, por comparação ao homem, para a estigmatização social pela sua opção *childfree* são referidas também pelas participantes.

“é sempre a mulher que sofre com as consequências de ter um filho, o homem pode simplesmente pegar nas coisas dele e ir embora... a pressão da sociedade para nós sermos exigentes com nós próprias é muito maior” (E7)

Manter-se *childfree* é socialmente aceite para mulheres que ainda se encontram nos seus 20 anos (ainda consideradas jovens), no entanto, esta situação acaba por se tornar causa de pressão constante e questionamento crescente à medida que as mesmas mulheres atingem ou superam os seus 30 anos (Mandujano-Salazar, 2019). Isto decorre de esta faixa etária dos 30 anos continuar a ser considerada como o período ideal para se engravidar (Miettinen et al., 2015). De facto, as participantes mais jovens deste estudo relatam comentários de terceiros cuja ideia base é a esperança de que estas mulheres vão mudar de ideias relativamente à parentalidade - no sentido de querer ter filhos ou filhas - quando atingirem uma idade mais avançada.

“Recebo 1001 vezes o comentário de «Ai, ainda és muito jovem... a tua opinião ainda vai mudar... ai tu vais ver daqui a uns anos...” (E8)

As participantes num relacionamento íntimo estável afirmam que o seu estado relacional constitui também um fator que intensifica a pressão externa colocada sob as mesmas para

que se tornem mães. Segundo Bhambhani e Inbanathan (2020), assim que o casal decide casar surge, de imediato, uma suposição, no seu círculo social, de que estão a planear ter um filho ou uma filha, suposição esta que reflete a expectativa normativa da reprodução implicada na instituição do casamento. Esta ideia está também presente na vivência das entrevistadas sendo que, para além de lhes ser inculcado um percurso de vida normativo de casar e ter filhos ou filhas, é também concetualizado no imaginário coletivo que a função da mulher adulta num relacionamento íntimo é dar filhos ou filhas ao parceiro.

“claro que ela [a mãe da participante] sempre achou que eu iria chegar a uma idade adulta, ainda mais casando, que me iria passar [a ideia de não querer ter filhos ou filhas]” (E5)

“temos [a participante e o parceiro de relacionamento íntimo] que ficar juntos ou casar, tipo, morar juntos ou casar, e depois, logo ter filhos” (E8)

“Como é que um homem vai querer casar contigo se não queres ter filhos?” (E4)

Ideias relacionadas com a continuação da linhagem e com o ter alguém que cuide delas numa idade avançada são também algumas das mensagens utilizadas para pressionar as mulheres a seguir a norma da procriação (Ibisomi & Mudege, 2014). Isto verifica-se também na vivência das entrevistadas sendo este tipo de mensagens emitidas, por vezes, por familiares das mesmas.

“Muitas vezes dizem-me «Quem é que vai tomar conta de ti quando fores velha?»” (E4)

“tenho as outras tias que é o fim do mundo, porque eu não vou ter filhos e não vou trazer sobrinhos «Oh meu Deus! Vai ser o fim da geração!»” (E8)

3.3. Círculo social da mulher *childfree*

Rede familiar

Apesar do que se verificou na revisão da literatura, as participantes deste estudo afirmam que, a sua família, pelo menos a mais imediata, após uma fase inicial de choque e de alguma tristeza com a opção tomada de não ter filhos ou filhas e depois de conhecer os motivos para tal, acaba por aceitar e até apoiar a escolha destas mulheres de se manterem *childfree*.

“Difícil foi com as duas potenciais avós que ficam sempre muito tristes...acho que desta vez elas [mãe e avó da participante] efetivamente entenderam que «Okay, não é à toa, ela tem o motivo dela».” (E5)

“quando os meus pais se começaram a aperceber que eu planeio o meu futuro sozinha sem contar com terceiros, aí eles começaram a perceber «Ah! Ela se calhar já pensou muito nesta situação e, se calhar, não é isto [ter filhos ou filhas] que ela quer para a vida dela, e nós respeitamos»” (E3)

“ela [a mãe da participante], agora, já diz «é o que fazes melhor, como o mundo está neste momento, a coisa melhor que tu fazes é não ter filhos. Vais deitar crianças ao mundo com imensas probabilidades de estarem a sofrer com guerras, com fomes, com doenças... simplesmente não vale a pena»” (E7)

Rede de amizades

As participantes deste estudo indicam também que embora as pessoas que fazem parte do seu círculo de amizades respeitem a sua opção de não querer ter filhos ou filhas, sentem dificuldades em se identificar e/ou se relacionar com os seus amigos e as suas amigas que querem ter filhos ou filhas.

“percebem que é a minha escolha e que eu segui outro caminho..., mas... gostava muito de ter um grupo de amigos e amigas com a mesma mentalidade porque acho que teríamos outra abertura” (E1)

“eu lembro-me de pensar «Uau, eu estou a dizer às minhas amigas que não quero ter filhos e elas estão a achar isto uma ideia maluca.»” (E8)

Redes de suporte

A maior parte das mulheres deste estudo, corroboram a informação encontrada na revisão da literatura, afirmando que não tiveram acesso, ao longo da sua vida, a modelos femininos que não tinham nem queriam ter filhos ou filhas, e, salientando que tal facto fez com que fosse mais difícil visualizar a praticabilidade da sua opção o que, por vezes, conduziu à existência de dúvidas sobre a mesma.

“todas elas [as mulheres que a rodearam ao longo da vida] quiseram ter filhos. Portanto, eu nunca tive muitos exemplos e, lá está, eu acho que também foi o porquê de eu o ano passado andar tão ansiosa e a ferver por dentro porque eu não tinha exemplos práticos... comecei a achar «será que eu vou querer ter filhos?»” (E8)

As mulheres *childfree*, por vezes, relatam a necessidade de apoio à sua opção (Rowland, 1982; Yeshua-Katz, 2019). Este apoio pode ser encontrado em grupos de referência de suporte mútuo, grupos estes que, segundo Basten (2009), tendo vindo a registar um aparecimento crescente, servem como espaços onde as decisões dos seus membros são vistas como normativas e onde são fornecidos conselhos e apoio social. De facto, a grande parte das entrevistadas deste estudo indicam que a sua participação em grupos *online*, hospedados em plataformas como o *Facebook* e o *Reddit*, constitui uma importante rede de suporte à manutenção do seu *status childfree*, pois ao conhecerem pessoas que também optaram por não ter filhos ou filhas deixam de se sentir tão isoladas e a troca de partilhas acerca das suas realidades vem normalizar a sua vivência.

“existem várias comunidades childfree por aí fora, comunicamos pelo Reddit... e somos muitos, o que é uma coisa que, às vezes, as pessoas que se sentem um bocadinho isoladas não sabem e que me ajudou imenso” (E6)

“eu pensava «ah deve haver alguma coisa de errada comigo porque isto [ter filhos ou filhas] é tão natural para toda a gente...» e quanto mais fui procurando, mais fui vendo que havia mulheres, e homens, com o mesmo pensamento que eu... isso combate um bocado a solidão, faz-me pensar «afinal há mais gente como eu, afinal não há nada de errado comigo e é normal»” (E7)

*“eu pensava «será que estou sozinha no mundo?» ... eu precisava que alguém me confortasse... e, por isso, é que eu comecei a procurar os grupos *childfree* no Facebook... numa de procurar exemplos e role models... e olhe, tenho aprendido imenso, cada vez estou mais firme na minha opinião, é bom ter vivências doutras pessoas” (E8)*

3.4. Identidade e afirmação social da mulher *childfree*

Caminhos para a autorrealização

Na opção de ser *childfree*, existe uma rejeição radical da maternidade enquanto marcador normativo do género feminino, sendo que as mulheres que fazem esta escolha sublinham os significados de feminilidade e identidade como altamente complexos e individuais (Gillespie, 2003). Posto isto, as mulheres que rejeitam os ideais da maternidade perpetuados pelas instituições sociais (como o casamento), constroem ativamente os seus caminhos de vida alternativos (Dykstra & Hagestad, 2007).

As participantes deste estudo corroboraram estes dados da literatura tendo dado a conhecer as suas variadas e não mutuamente exclusivas metas no seu caminho para a autorrealização. Para o seu projeto de vida as participantes sublinharam a importância de aspetos como a concretização profissional na sua área de interesse; o investimento na sua formação académica; e os interesses turísticos.

“Eu acho que isso [o caminho para a autorrealização] é uma opinião muito individual, lá está, difere muito de pessoa para pessoa” (E8)

“Eu gostava de trabalhar em psicologia, gostava efetivamente de ser psicóloga” (E3)

“O meu caminho passará, então, também pela minha formação académica... passa ainda por viajar, por conhecer o mundo” (E7)

Para além disto, as mulheres *childfree* procuram também uma sensação de independência e autonomia, conceitos estes que entram em desacordo com a norma feminina exetável e socialmente aceite da mulher que se sacrifica pelos filhos ou filhas (Peterson, 2015). As participantes deste estudo valorizam a independência como um objetivo para a sua autorrealização e visualizam-na, na prática, em aspetos como o ser capaz de viver sozinha, adquirindo uma casa, e possuir uma viatura própria para se deslocar para onde quiser.

“gostaria de viver sozinha... ter a minha casa, não muito grande, não muito pequena, o suficiente para mim... ter um bom carro que me consiga deslocar no sentido em que se precisar de ir trabalhar para Lisboa ou para o Porto ou fazer grandes deslocações tenha capacidade para tal” (E4)

As mulheres *childfree* relatam ainda não se sentir constrangidas por responsabilidades relacionadas com a necessidade de outros e desfrutam da capacidade de canalizar energia para si próprias (Mollen, 2006). Com efeito, as participantes destacam o seu desenvolvimento e investimento pessoal como o centro do seu projeto de vida.

“É que a felicidade não está dependente de uma criança. «As crianças são o futuro», sim, mas eu também sou o meu próprio futuro” (E3)

“não quero abdicar do que tenho projetado para mim em prol de uma criança, nem quero por esse peso na criança, porque eu abdicaria [dos seus projetos pessoais] e iria culpá-lo ou culpá-la sempre por isso... inconscientemente, diria «Eu não fiz isto porque te tive a ti» e não quero que ninguém cresça nessa condição” (E4)

Esta declaração revela que subjacente à opção de se manter *childfree* está uma tomada de consciência e uma preocupação com a saúde psicológica dos potenciais filhos ou filhas. Seguindo um pensamento lógico de causa efeito, é viável acreditar que se a parentalidade passar a ser vista mais como uma opção do que um requisito, pode ser que uma grande proporção de pessoas que não estão especialmente ansiosas por se tornar mães ou pais acabe por evitar a parentalidade indesejada.

Por último, dedicar mais tempo, energia e recursos emocionais aos seus relacionamentos íntimos (Mollen, 2006) faz parte daquilo que as mulheres percebem como benefício da opção *childfree*. Posto isto, as participantes deste estudo que, à data das entrevistas, se encontravam num relacionamento íntimo manifestaram a importância do mesmo enquanto parte do seu projeto de vida.

“realização pessoal enquanto projeto de vida em comum com a pessoa que eu escolhi para dividir vida” (E2)

Estratégias de posicionamento social

As mulheres *childfree* desafiam os ideais de maternidade como normativos para todas as mulheres e redefinem, por vezes de forma ativa, as assunções desempoderantes de terceiros sobre a opção de não ter filhos ou filhas (Bimha & Chadwick, 2016). Algumas das participantes deste estudo afirmam que comunicar de forma assertiva a sua opção de ser *childfree* é a melhor forma de a defender como válida e de combater a pressão que a sociedade exerce sobre elas para se tornarem mães.

“tem haver com a minha postura que comunico com um pouco de assertividade e não dou grande espaço... não é que não dê espaço para que as pessoas perguntem [sobre a sua opção de não querer ter filhos ou filhas] ..., mas, se calhar, estabeleço ali quase que um limite... quando as pessoas vêm que é uma postura segura aceitam melhor” (E2)

No entanto, Gillespie (2000) verificou que as mulheres que mostram uma resistência aos discursos culturais pronatalistas tendem a enfrentar riscos pessoais mais altos. Esta ideia foi também expressa por algumas entrevistadas da presente investigação como um fator que as levou a adotar estratégias mais passivas para fazer frente à pressão social para a maternidade; estratégias estas que passam ora por dar a conhecer o seu posicionamento *childfree* apenas quando questionadas sobre o assunto e de maneira cautelosa, ora por ignorar os comentários de terceiros relativos à sua opção de não ter filhos ou filhas.

“Uma coisa que eu aprendi ao longo da vida é não puxar esse tema... se as pessoas quiserem falar, eu digo a minha opinião e ponto final... antes, as pessoas começavam a falar de filhos e eu era logo tipo «ah, não quero» ... pronto, eu comecei a aprender que se calhar não é o melhor método, o de inserir este tema, porque lá está, não é uma opinião comum e as pessoas estranham” (E8)

“antigamente diria «eu nunca quero ter [filhos ou filhas]» ... mas, para que não estejam constantemente a ir contra a minha decisão ou contra a minha opinião, eu digo «não planeio ter [filhos ou filhas]» ...substituí o «nunca» por «não planeio»” (E4)

“só ignoro os comentários” (E4)

3.5. Liberdade das mulheres *childfree* na escolha reprodutiva

O desenvolvimento de mecanismos eficazes de contraceção e direitos de aborto proporcionaram um acesso mais amplo à escolha reprodutiva o que levou a que as mulheres pudessem optar mais facilmente por não ter filhos ou filhas (Ireland, 1993; Barbosa & Countinho, 2012). As participantes deste estudo reforçam esta ideia e ainda acrescentam que sentem liberdade e segurança no que diz respeito à sua escolha reprodutiva podendo optar entre uma diversidade de métodos contraceptivos de forma informada.

“tenho liberdade de escolha, tenho tanto no método que uso como em poder escolher outros métodos. Tenho informação sobre outros métodos e quais é que poderão ser mais adequados caso necessite” (E4)

“a tecnologia avançou bastante, nestes últimos anos, e eu tenho plena noção de que tenho mais oportunidades do que, provavelmente, as mulheres mais velhas da minha família tiveram e, nesse caso, sim, sinto-me segura e um bocado privilegiada.” (E7)

Apesar disto, algumas participantes não consideram os métodos contraceptivos temporários como suficientes ponderando sob uma solução mais permanente como nomeadamente processos cirúrgicos de esterilização voluntária.

“uma laqueação de trompas seria interessante... era uma coisa que eu gostava de falar com a minha médica de família para ver o quê que ela acha...” (E8)

As entrevistadas chamam ainda a atenção para as assimetrias de género no que diz respeito a evitar a parentalidade indesejada argumentado que a responsabilidade de se sujeitar a métodos contraceptivos recai toda sob as pessoas com características biológicas femininas. Acrescentam, ainda, que os métodos contraceptivos correntemente disponíveis não são suficientemente eficazes (por exemplo, o preservativo masculino) carecendo de avanços tais como os registados ao nível dos métodos contraceptivos femininos.

“acho que todo o onde está na mulher, todos nós sabemos aquela história de que foram testar a pílula dos homens e pararam a meio... estas coisas podiam, deviam ser repensadas rapidamente... Em termos de contraceptivos acho que estamos muito limitados... e que devemos responsabilizar a classe masculina pela parte deles” (E6)

Segundo as pesquisas realizadas por Hintz e Brown (2019), as pessoas que não querem ter filhos ou filhas são alvo de estigma em interações médicas. De facto, algumas participantes deste estudo descreveram situações em que foram estigmatizadas por profissionais de saúde quando expressaram a sua opção *childfree*.

“uma das piores experiências para mim... fui à ginecologista da minha irmã... que me perguntou se eu queria ter filhos e se tinha filhos, eu disse que não e ela respondeu-me «então o que é que está aqui a fazer?» ... expliquei que estava a ir lá por vários problemas que tinha, ela tentou levar aquilo para a minha psique... outro médico perguntou-me 2 vezes «e ter filhos, não? Porque ainda há muita doença que a cura é ter filhos»” (E6)

Richie (2013) verificou que o estigma relativamente a mulheres *childfree* por parte de profissionais de saúde estende-se à emissão de críticas, colocação de barreiras e rejeição de pedidos de esterilização voluntária feitos por estas mulheres. Esta autora acrescenta ainda que as mulheres possuem maiores dificuldades em aceder a métodos contraceptivos cirúrgicos

por comparação aos homens, o que vem reforçar a ideia de que os homens estão menos vinculados do que as mulheres às normas da parentalidade e, adicionalmente, são vistos como mais competentes para tomar decisões. Estas ideias são corroboradas pelas participantes deste estudo que ainda sublinham alguns argumentos que os profissionais de saúde com quem contactaram no sentido de realizar estes pedidos, utilizaram para rejeitar os mesmos - ora apelando à possibilidade de, mais tarde, ocorrer uma mudança de opinião no sentido de a paciente procurar ser mãe, ora remetendo para a situação hipotética em que estas mulheres acabarão por ceder à vontade de um futuro parceiro de relacionamento íntimo de ter filhos ou filhas.

“Em termos cirúrgicos, eu tenho 27 anos, não tenho filhos, não há médico nenhum neste país que me faça a laqueação, nenhum... pelo menos aqueles com quem eu tenho falado vêm sempre com aquela conversa «ah se um homem quiser ter filhos; ai, se mudar de opinião daqui a uns anos»” (E7)

Na linha de pensamento desta situação hipotética colocada por alguns profissionais de saúde, é de reparar que a quase totalidade das participantes desta investigação referiram que caso o parceiro de relacionamento íntimo quisesse ter filhos ou filhas, elas preferiam pôr termo à relação a mudar a sua própria opção quanto ao assunto.

“Eu já comecei, duas vezes, relações com pessoas a quem eu disse... eu normalmente digo sempre do início «eu não quero ter filhos» e disseram-me «ah, mas eu quero, eu quero ter filhos» e normalmente isso, para mim, é razão para eu dizer «Okay, então, acabou... não faz sentido estarmos aqui»” (E6)

“Se alguma relação tiver que terminar por causa disso é porque não valia realmente a pena, pronto é uma vontade que não partilhamos em comum... eu prefiro sinceramente terminar a relação para aquela pessoa procurar aquilo que pretende... porque eu... sou capaz, mas não quero dar aquilo que ele pretende” (E3)

No entanto, é ainda importante mencionar que nem todas as participantes deste estudo relataram experiências negativas derivadas da sua opção *childfree* com profissionais de

saúde afirmando que os mesmos apenas não se posicionaram quando tomaram conhecimento das intenções destas mulheres de não ter filhos ou filhas.

“o meu ginecologista, que já é meu ginecologista há anos, nunca reprovou [a sua opção de não ter filhos ou filhas]” (E2)

“A única profissional de saúde com quem eu partilhei [a opção de não ter filhos ou filhas] foi com a minha psicóloga e eu não tive qualquer tipo de reação negativa ou positiva, simplesmente normal... nem foi tema de um debate aprofundado nem nada parecido.” (E5)

Este segundo testemunho vai de encontro aos resultados das pesquisas de Vidad (2009) que mostram que os profissionais da saúde mental não têm visões negativas relativamente às pessoas que optam por ser *childfree*.

Considerações finais

As mulheres *childfree*, ainda que inseridas numa cultura predominantemente pronatalista, são capazes de construir o seu próprio caminho e a sua própria identidade longe dos ideais hegemónicos que entendem a maternidade como indissociável daquilo que é ser mulher.

Na presente investigação foi possível explorar as representações sociais que, por um lado as mulheres *childfree* têm acerca da maternidade, percecionando a mesma como algo que não faz parte da sua vontade individual e que é incompatível com os seus projetos e estilos de vida; e, por outro lado, que a sociedade pronatalista tem acerca das mulheres que não querem ter filhos ou filhas, sendo estas, muitas vezes, apelidadas de egoístas.

De forma geral, os temas encontrados nos dados fornecidos pelas participantes encaixam nas exposições presentes na literatura, nomeadamente, no que diz respeito às motivações apresentadas para não querer ter filhos ou filhas, sendo estas bastante variadas, podendo ter um cariz mais pessoal. Destacam-se a procura de preservar a liberdade em várias dimensões da sua vida, ou um cariz mais social, que se traduz em preocupações ambientais, mas sobretudo o estigma social relativamente à opção *childfree* – estigma este assente na crença de que é dever da mulher dar filhos ou filhas à sociedade e, até, ao parceiro de relacionamento íntimo e perpetuado por mensagens que visam pressionar a mulher *childfree* a mudar a sua opção. Destaca-se ainda a multiplicidade de formas como as mulheres *childfree* concetualizam e afirmam a sua identidade no meio social em que se inserem, adotando, quer estratégias ativas baseadas no modo assertivo como comunicam a sua decisão, quer abordagens mais passivas destinadas a contornar consequências sociais mais adversas. Ainda, no que diz respeito à liberdade que as mulheres *childfree* detêm sob a sua escolha reprodutiva, se num polo, se verifica que os profissionais de saúde não são imunes aos preconceitos perpetuados pela sociedade patriarcal, carregando-os consigo no seu exercício profissional – o que os leva, em último caso, a colocar restrições aos direitos reprodutivos da mulher quando esta procura a concretização efetiva da sua decisão de ser *childfree* –, no polo oposto, verifica-se, que as mulheres que não querem ter filhos ou filhas adotam uma postura assertiva no que toca à autonomia sob o seu próprio corpo e o seu direito à autodeterminação - questões estas bastante atuais no rol de preocupações dos movimentos feministas.

Em relação às interações que as mulheres *childfree* estabelecem dentro do seu círculo social, as participantes descreveram experiências relativamente mais positivas em comparação ao encontrado na revisão da literatura, em particular ao nível da aceitação da sua opção *childfree* pelos familiares - isto pode indicar mudanças naquilo que é socialmente defendido a par de claras mudanças contextuais que se têm vindo a verificar, como é o caso de questões da atualidade relacionadas com a inflação económica, as alterações climáticas e as crescentes vagas de terrorismo, que levam a reconsiderar a norma da procriação.

Assim, este estudo procurou desenvolver o conhecimento científico sobre a opção *childfree* através da realização de uma escuta ativa dos relatos que as mulheres que optam, de forma consciente, livre e voluntária, por não ter filhos ou filhas, fizeram acerca das suas vivências. De sublinhar que, em termos dos elementos que as compõem, estas vivências não diferem muito das vivências das mulheres que escolhem ser mães, estando as maiores nuances presentes ao nível das perceções e interações das mulheres com tais elementos.

Conclusão

Esta investigação procurou desenvolver o conhecimento científico sobre as representações e vivências das mulheres que optam, de forma consciente, livre e voluntária, por não ter filhos ou filhas. O ponto focal deste estudo foi destituir a ideia de que o papel de mãe é parte essencial e indissociável da mulher adulta e, ao invés, dar lugar a uma visão que concebe o ter (ou não) filhos ou filhas como uma opção de vida assente na vontade e desejo individual.

O período durante o qual decorreu o desenvolvimento do presente projeto coincidiu temporalmente com a realidade pandémica desencadeada pela doença COVID-19 e, portanto, todo o processo de elaboração deste trabalho foi impactado por tal condição contextual. Tal efeito fez-se sentir, sobretudo, durante a etapa de recolha de dados tendo a mesma sido efetuada a partir de meios de comunicação à distância. Se, por um lado, o recurso ao formato digital impediu um contacto mais proximal com as entrevistadas, também há que reconhecer que tal deu oportunidade para que fossem recolhidos dados a nível nacional.

No que concerne às limitações deste estudo é de salientar que o mesmo tem a sua aplicabilidade restringida ao contexto ocidental uma vez que o controlo que as mulheres têm, hoje em dia, sob as suas próprias intenções de fertilidade, só foi permitida pela maior acessibilidade aos meios contraceptivos e pelos progressos obtidos pelas lutas femininas no que diz respeito à emancipação feminina (que teve os seus alicerces com a entrada da mulher no mundo profissional), realidade esta que não se assemelha à sentida em contextos não ocidentais. Afigura-se também como limitação o número de participantes, o que constituiu uma menos-valia ao nível da recolha de maior variedade de experiências, uma vez que, na base desta investigação está o entendimento da realidade de cada participante como única sendo a questão de ser *childfree* vista apenas como mais uma opção de vida tomada entre muitas outras. Para estudos futuros, propõe-se explorar este assunto com alterações no universo populacional, nomeadamente realizar-se investigações que contemplem as vivências dos casais que não querem ter filhos ou filhas e as formas como ressignificam a sua relação íntima longe da norma da procriação; e as nuances de ser *childfree* e, em simultâneo, pertencente à comunidade LGBTQIA+, esperando-se haver aqui uma realidade marcada por uma dupla estigmatização.

Seria também de interesse, para o futuro, replicar na realidade portuguesa o que foi feito por Donath (2017) ao explorar qualitativamente as vivências das mulheres que têm filhos ou filhas e se arrependem de se ter tornado mães, mas não de os/as ter tido. Tal investigação teria o intuito de compreender os aspetos mais negativos, e frequentemente silenciados, da experiência da maternidade no sentido de reconhecer que mudanças necessitam de ser realizadas ao nível da conceitualização daquilo que é ser mãe e das expectativas colocadas sob as mesmas – isto é relevante tendo em consideração que a pressão exercida sob as mulheres para assumir o papel de mãe é, tal como visto neste projeto, referida entre quando se abordam as motivações para evitar a parentalidade. No que refere a contribuições imediatas advindas do próprio processo de construção desta investigação, acredita-se que as entrevistas poderão ter constituído um espaço seguro onde as participantes puderam falar abertamente sobre a sua escolha vendo esta respeitada e compreendida. A longo prazo, acredita-se na importância deste estudo quer para mulheres *childfree*, uma vez que se espera que esta investigação contribuía para o aumento da representatividade das mesmas na comunidade científica, quer para a população em geral, dado que esta investigação permite aprofundar e expandir a informação disponível sobre mulheres *childfree* ao mesmo tempo que desconstrói estereótipos e padrões sociais de género.

Numa última nota, considerando-se os princípios da Investigação-Ação, espera-se que este estudo impulse também a intervenção no sentido de um maior investimento na educação sexual com vista a aumentar o conhecimento da população acerca dos métodos contraceptivos e de todas as questões em volta dos mesmos, e sobre a realidade do parto e do processo de gravidez, por forma a desmitificar ideias falsas, advindas do fenómeno da desinformação, que influenciam fortemente a escolha reprodutiva. Esta sugestão tem como fim último aumentar o poder de tomada de decisão de forma consciente e devidamente informada sob ter ou não filhos ou filhas.

É urgente a necessidade destituir a ideia de que o papel de mãe é parte essencial e indissociável da mulher adulta e dar lugar a um entendimento segundo o qual o não ter filhos ou filhas é visto como mais uma opção, entre muitas outras que são tomadas ao longo do percurso de vida, com base na vontade e desejo individual.

Referências Bibliográficas

- Agrillo, C., & Nelini, C. (2008). Childfree by choice: a review. *Journal of Cultural Geography*, 25(3), 347–363. <https://doi.org/10.1080/08873630802476292>
- Ashburn-Nardo, L. (2017). Parenthood as a Moral Imperative? Moral Outrage and the Stigmatization of Voluntarily Childfree Women and Men. *Sex Roles*, 76(5-6), 393–401. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0606-1>
- Baker, S. & Edwards, R. (2012). *How many qualitative interviews is enough. Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*. National Centre for Research Methods Review Paper. http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews.pdf
- Barbosa, P. Z., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 577–587. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822012000300011>
- Basten, S. (2009). Voluntary childlessness and being Childfree. *The Future of Human Reproduction. Working Paper #5*. Available at: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.701.9495&rep=rep1&type=pdf>
- Bhambhani, C., & Inbanathan A. (2020). Examining a non-conformist choice: The decision-making process toward being childfree couples, *International Journal of Sociology*, 50(5), 339-368. <https://doi.org/10.1080/00207659.2020.1797265>
- Blackstone, A., & Stewart, M. D. (2016). “There’s More Thinking to Decide”. *The Family Journal*, 24, 296 - 303. <https://doi.org/10.1177/1066480716648676>
- Bimha, P. Z. J., & Chadwick, R. (2016). Making the childfree choice: Perspectives of women living in South Africa. *Journal of Psychology in Africa*, 26(5), 449–456. <https://doi.org/10.1080/14330237.2016.1208952>
- Brewster, M. E., & Snow, O. (2022). Childfree Minority Stress: Considerations for Life at the Margins of Adulthood. In D. Thornley (Ed.), *Childfree across the Disciplines: Academic and Activist Perspectives on Not Choosing Children* (pp. 33–51). Rutgers University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv2v55gxf.5>
- Byrne, D. (2022). A worked example of Braun and Clarke’s approach to reflexive thematic analysis. *Quality & Quantity* 56, 1391–1412. <https://doi.org/10.1007/s11135-021-01182-y>

- Ciaccio, V., Bronson, C. A., & Contrada, R. J. (2021). Gender stereotypes and parental status: A comparison of fathers, mothers, and the childless-by-choice. *Psychology of Men & Masculinities*, 22(1), 7–15. <https://doi.org/10.1037/men0000311>
- Dalla-Zuana, G. (2001). The banquet of Aeolus: A familistic interpretation of Italy's lowest low fertility. *Demographic Research*, 4 (5), 133-162. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2001.4.5>
- De Santis, G., & Bacci, L. M. (2001). “*Reflections on the economics of the fertility decline in Europe*,” paper presented at the EURESCO Conference “The second demographic transition in Europe,” Bad Herrenalb, Germany, 23–28 June, 2001.
- DeLyser, G. (2012). At Midlife, Intentionally Childfree Women and Their Experiences of Regret. *Clinical Social Work Journal*, 40(1), 66–74. <https://doi.org/10.1007/s10615-011-0337-2>
- Donath, O. (2017). *#madres arrepentidas. Una mirada radical a la maternidad y sus falacias sociales* (trad. A. L. Morales). Barcelona: Penguin Random House.
- Dykstra, P. A., & Hagestad, G. O. (2007). Roads Less Taken. *Journal of Family Issues*, 28(10), 1275–1310. <https://doi.org/10.1177/0192513x07303822>
- Frisén, A., Carlsson, J., & Wängqvist, M. (2014). “Doesn't everyone want that? It's just a given”: Swedish emerging adults expectations on future parenthood and work/family priorities. *Journal of Adolescent Research*, 29(1), 67–88. <https://doi.org/10.1177/0743558413502537>
- Gallardo, G., Gómez, E., Muños, M., & Suárez, N. (2006). Paternidad: Representaciones Sociales en Jóvenes Varones Heterosexuales Universitarios sin Hijos. *Psykhé*, 15, 105-116. <https://doi.org/10.4067/S0718-22282006000200010>
- Gillespie, R. (2000). When no means no. *Women's Studies International Forum*, 23(2), 223–234. [https://doi.org/10.1016/s0277-5395\(00\)00076-5](https://doi.org/10.1016/s0277-5395(00)00076-5)
- Gillespie, R. (2003). Childfree And Feminine. *Gender & Society*, 17(1), 122–136. <https://doi.org/10.1177/0891243202238982>
- Gotlib, A. (2016). “But You Would Be the Best Mother”: Unwomen, Counterstories, and the Motherhood Mandate. *Journal of Bioethical Inquiry*, 13(2), 327–347. <https://doi.org/10.1007/s11673-016-9699-z>
- Helm, S., Kemper, J. A., & White, S. K. (2021). No future, no kids—no kids, no future?. *Population and Environment*, 43(1), 108–129. <https://doi.org/10.1007/s11111-021-00379-5>

- Hintz, E. A., & Brown, C. L. (2019) Childfree by Choice: Stigma in Medical Consultations for Voluntary Sterilization, *Women's Reproductive Health*, 6:1, 62-75-
<https://doi.org/10.1080/23293691.2018.1556427>
- Ibisomi, L., & Mudege, N. N. (2014). Childlessness in Nigeria: Perceptions and Acceptability. *Culture Health & Sexuality*, 16, 61-75.
<https://doi.org/10.1080/13691058.2013.839828>
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2020). *Destaque do Inquérito à Fecundidade 2019 – informação à comunicação social*. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=415655178&DESTAQUEStema=55466&DESTAQUESmodo=2
- Ireland, M. S. (1993). *Reconceiving women. Separating motherhood from female identity*. New York & London: The Guildford Press.
- Letherby, G. (2002). Childless and Bereft?: Stereotypes and Realities in Relation to 'Voluntary' and 'Involuntary' Childlessness and Womanhood. *Sociological Inquiry*, 72(1), 7–20. <https://doi.org/10.1111/1475-682x.00003>
- Mandujano-Salazar, Y. Y. (2019). Exploring the Construction of Adulthood and Gender Identity Among Single Childfree People in Mexico and Japan. *SAGE Open*, 9(2), 215824401985584. <https://doi.org/10.1177/2158244019855844>
- Miettinen, A., Rotkirch, A., Szalma, I., Donno, A., & Tanturri, M. L. (2015). Increasing Childlessness in Europe: Time Trends and Country Differences. *Families and Societies. Working Paper Series* 33. Available at:
<http://www.familiesandsocieties.eu/wp-content/uploads/2015/03/WP33MiettinenEtAl2015.pdf>
- Mollen, D. (2006). Voluntary childfree women: Experiences and counselling considerations. *Journal of Mental Health Counseling*, 28(3), 269–282.
<https://doi.org/10.17744/mehc.28.3.39w5h93mreb0mk4f>
- Moultrie, M. (2021). "Making Myself". *Journal of Religious Ethics*, 49(2), 314–336.
<https://doi.org/10.1111/jore.12353>
- Parry, D. C. (2005). Women's Leisure as Resistance to Pronatalist Ideology. *Journal of Leisure Research*, 37. <https://doi.org/10.1080/00222216.2005.11950047>
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300–306. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822012000200007>

- Peterson, H. (2015). Fifty shades of freedom. Voluntary childlessness as women's ultimate liberation. *Women's Studies International Forum*, 53, 182–191. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.10.017>
- Richie, C. (2013). Voluntary Sterilization for Childfree Women. *Hastings Center Report*, 43(6), 36–44. <https://doi.org/10.1002/hast.216>
- Rowland, R. (1982). An Exploratory Study of the Childfree Lifestyle. *Journal of Sociology*, 18, 17 - 30. <https://doi.org/10.1177/144078338201800103>
- Ruegemer, A. M., & Dziengel, L. (2021). Why DID they have children? Rural midlife women who are childfree. *Journal of Women & Aging*, 1–16. <https://doi.org/10.1080/08952841.2021.1944002>
- Russo, N. F. (1976). The Motherhood Mandate. *Journal of Social Issues*, 32(3), 143–153. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1976.tb02603.x>
- Settle, B., & Brumley, M. (2014). “It’s the Choices You Make That Get You There”: Decision-Making Pathways of Childfree Women. *Michigan Family Review*, 18 (1), 1. <https://doi.org/10.3998/mfr.4919087.0018.102>
- Tanturri, M. L., & Mencarini, L. (2008). Childless or Childfree? Paths to Voluntary Childlessness in Italy. *Population and Development Review*, 34(1), 51–77. <https://doi.org/10.1111/J.1728-4457.2008.00205.X>
- Terry, G., & Braun, V. (2012). Sticking My Finger up at Evolution. *Men and Masculinities*, 15(3), 207–229. <https://doi.org/10.1177/1097184x11430126>
- Thomson, G., Stoll, K., Downe, S., & Hall, W. A. (2017). Negative impressions of childbirth in a North-West England student population. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 38(1), 37–44. <https://doi.org/10.1080/0167482x.2016.1216960>
- Turnbull, B., Graham, M. L., & Taket, A. R. (2017). Pronatalism and Social Exclusion in Australian Society: Experiences of Women in their Reproductive Years with No Children. *Gender Issues*, 34(4), 333–354. <https://doi.org/10.1007/s12147-016-9176-3>
- Vallejo, G. A. B., Quintero, C. S. G., Restrepo, M. C. D., & Muñoz, D. S. V. (2020). Perspectivas investigativas en torno a las parejas sin hijos y su relación con el concepto de “familia”: Un estado del arte. Interdisciplinaria. *Revista de Psicología y Ciencias Afines*, 37. <https://doi.org/10.16888/interd.2020.37.2.11>
- Vidad, F. C. (2009). *Mental Health Professionals’ Perceptions of Voluntarily Childless Couples*. Dissertations & Theses, 126. Available at: <http://aura.antioch.edu/etds/126>

- Wood, G. J., & Newton, J. (2006). Childlessness and Women Managers: 'Choice', Context and Discourses. *Gender, Work & Organization*, 13(4), 338–358. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2006.00311.x>
- Yeshua-Katz, D. (2019). Blame or Shame: The Search for Online Support and Stigma Origin Among Israeli Childless Women. *Mass Communication and Society*, 22(1), 117–138. <https://doi.org/10.1080/15205436.2018.1469152>

Anexo I. Guião de Entrevista

1. Como caracteriza o seu projeto de vida? O que faz parte dele no caminho para a sua autorrealização?
2. Sempre pensou que não queria ter filhos ou filhas ou é uma decisão recente?
 - a) O que a levou a tomar essa decisão?
 - b) Considera que esta decisão como definitiva?
 - c) Houve algum momento em que teve dúvidas relativamente a esta decisão? Se sim, pode-me falar sobre esse momento e o que levou a e despoletou tais dúvidas?
3. Na revisão da literatura apareceu associado à ideia de não querer ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária, a percepção de que essa decisão levará a uma maior liberdade. Identifica-se com esta ideia? Se sim, em que dimensões da sua vida?
4. Conhece outras pessoas que também sejam *childfree*?
5. Ao longo da sua vida, tem ou teve acesso a exemplos ou modelos de mulheres que não têm nem queriam ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária? Se sim, sente que estes exemplos, de alguma forma, influenciaram a construção da sua própria decisão de não querer ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária?
6. Tem por hábito a participação em fóruns *online* de discussão e partilha de ideias sobre esta temática? Se sim, sente que navegar nestes fóruns é uma mais-valia? Em que medida?
7. Exprime a sua opção de ser *childfree* sem reservas à generalidade das pessoas?
8. Sente que a cultura onde está inserida a pressiona para a maternidade? Se sim:
 - a) Em que medida?
 - b) A que estratégias recorre para lidar com esta pressão?
9. A sua rede familiar conhece a sua posição alinhada com a ideia de não ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária? Se sim, pode descrever as reações que obtém dos seus familiares?
10. Quanto à sua rede de amigos ou amigas, como caracteriza as suas reações perante a sua escolha de ser *childfree*?
11. De momento está envolvida num relacionamento íntimo?

- a) Se sim: Já partilhou a decisão de não querer ter filhos ou filhas com o seu parceiro atual? O seu parceiro atual tem o mesmo posicionamento de não querer ter filhos ou filhas? Se não, como é que ocorre a negociação desta decisão? Põe em hipótese vir a mudar a sua escolha?
- b) Se não: Considera que a sua decisão de não ter filhos ou filhas afetou de alguma maneira a procura de uma relação íntima ou até mesmo alguma relação íntima que tenha tido?

12. Relativamente à área da saúde reprodutiva e planeamento familiar:

- a) Como percebe a liberdade e segurança que tem sob a sua escolha reprodutiva, nomeadamente no que diz respeito a métodos contraceptivos.
- b) Já alguma vez partilhou a sua opção de se manter *childfree* com algum profissional de saúde? Como foi essa experiência? Que reação ou reações obteve?
- c) Alguma vez ponderou recorrer a processos de esterilização voluntária?

Há alguma questão ou detalhe que queira acrescentar?

Anexo II. Parecer da Comissão de Ética



COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.º 2022/01-06b)

A Comissão de Ética (CE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo examinado os documentos do projeto de investigação denominado «**Ser Childfree: identidade e vivência da mulher que não quer ter filhos/as**», apresentado pela estudante **Ana Salgado** e com orientação da **Doutora Sara Magalhães**, emite um **parecer favorável** à realização da pesquisa.

Parecer favorável

A CE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 25 de janeiro de 2022

A Presidente da CE,

Prof.ª Doutora Carlinda Leite

Anexo III. Cartaz de Divulgação do Estudo



Mulheres *childfree*: representações e vivências



Se é:

- Mulher
- Maior de 18 anos
- Não quer ter filhos ou filhas por opção consciente, livre e voluntária



Preencha o formulário da descrição para participar neste estudo que pretende compreender a **visão das mulheres que não pretendem ter filhos ou filhas por opção totalmente consciente, livre e voluntária**

Contacto da responsável pelo estudo:
up201704689@up.pt

Anexo IV. Formulário para Marcação da Entrevista

Formulário Marcação Entrevista

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado que visa dar voz, bem como explorar representações e vivências de mulheres que não querem ter filhos ou filhas (childfree), da estudante do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Filipa Salgado (up201704689@up.pt), sob a orientação da Doutora Sara Isabel Magalhães, solicitamos a sua colaboração através da resposta a uma entrevista.

Para já, solicitamos o preenchimento do presente formulário (o que lhe tomará aproximadamente 3 minutos) de forma a ser posteriormente contactada para a marcação da entrevista caso cumpra com os critérios de elegibilidade.

Desde já agradecemos a sua participação.

***Obrigatório**

1. Género *

2. Idade *

3. Naturalidade *

4. Orientação Sexual *

5. Revejo-me pessoalmente como mulher childfree, ou seja mulher que não *
pretender ter filhos ou filhas por opção totalmente livre, consciente e voluntária

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Assinale esta caixa se se identificar com a declaração acima

6. Ao assinalar a opção "Sim" abaixo, permite que a equipa de investigação utilize *
as minhas informações de contacto para efeitos de contacto para marcação de
entrevista. A confidencialidade é fundamental para nós e guardaremos o seu
contacto em pastas seguras acessíveis apenas à equipa do projeto. Está a
consentir ao tratamento dos seus dados de acordo com o regulamento de
privacidade da UE (Regulamento Geral de Protecção de Dados - RGPD,
Regulamento UE 2016/679).

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Sim

7. Contacto para marcação da entrevista caso cumpra os critérios de elegibilidade *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Anexo V. Declaração de Consentimento Informado



Declaração de Consentimento Informado

No âmbito da realização da Dissertação de Mestrado que visa dar voz, bem como explorar representações e vivências de mulheres que não querem ter filhos ou filhas (*childfree*), da estudante do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Filipa Salgado, sob a orientação da Doutora Sara Isabel Magalhães, solicitamos a sua colaboração através da resposta a uma entrevista.

Pedimos ainda a sua permissão para que a mesma seja gravada de forma a que seja possível uma posterior transcrição dos dados. Dada a natureza académica do presente trabalho, garantimos que os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins de investigação. Garantimos ainda que as gravações serão destruídas após transcrição das entrevistas e anonimização da sua participação.

Salvaguardamos assim a total confidencialidade dos participantes e o seu anonimato, e recordamos que a participação é totalmente voluntária podendo desistir a qualquer momento e sem qualquer repercussão. Da sua participação neste estudo não advirão riscos acrescidos, isto é, os riscos de participar nesta investigação são idênticos ao de estar num contexto doméstico.

Poderá, a qualquer momento, entrar em contacto com a equipa de investigação (através do contacto up201704689@up.pt) caso deseje que as suas respostas não sejam incluídas no estudo. Poderá ainda usar o mesmo contacto se desejar ter acesso aos elementos produzidos pela investigação no final da mesma.

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração,

Ana Filipa Salgado

Declaro que li a informação que consta no presente documento, **que me foram prestados os esclarecimentos solicitados e que concordo em participar no presente estudo,**

Assinatura: _____